



Eixo 2 – O advocacy de todo dia

## As Bibliotecas nos Limiares do Antropoceno: uma análise do planejamento socioambiental nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia do Brasil

*Libraries on the Thresholds of the Anthropocene: an Analysis of Socio-Environmental Planning in Federal Institutes of Science and Technology Education in Brasil*

**Anna Karla Silva** – Fundação Cesgranrio (CESGRANRIO) – karlanna1206@gmail.com

**Maria Amélia de Souza Santos** – Instituto Federal Goiano - Campus Catalão (IF Goiano) – mariamelr@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa tem como objetivo investigar o papel socioambiental das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs) no Antropoceno. A fundamentação teórico-metodológica baseia-se na análise documental dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e Regulamentos das Bibliotecas e/ou Sistemas de Bibliotecas (SIBis). Os resultados indicam um amadurecimento institucional no alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora persistam desafios na implementação prática e no atendimento a grupos vulneráveis. Conclui-se que as bibliotecas dos IFs são agentes estratégicos de resiliência e transformação social, demandando planejamento contínuo e financiamento sustentado para consolidar sua função como centros/polos essenciais de informação e consciência socioambiental na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Bibliotecas Multiníveis. Antropoceno. Sustentabilidade. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. Acesso à informação.

**Abstract:** This research aims to investigate the socio-environmental role of libraries in Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) in the Anthropocene. The theoretical and methodological framework is based on the documentary analysis of Institutional Development Plans (PDIs) and Regulations of Libraries and/or Library Systems (SIBis). The results indicate institutional maturation in aligning with the Sustainable Development Goals, although challenges persist in practical implementation and in serving vulnerable groups. It is concluded that the IF libraries are strategic agents of resilience and social transformation, requiring continuous



planning and sustained funding to consolidate their function as essential centers/poles of information and socio-environmental awareness in contemporary times.

**Keywords:** Multilevel libraries. Anthropocene. Sustainability. Federal Institute of Education, Science and Technology. Access to Information.

## 1 INTRODUÇÃO

A era do Antropoceno<sup>1</sup> pode ser considerada como o período em que o homem e a ação humana passaram ser protagonistas centrais na produção de processos relacionados às transformações geológicas na Terra, com impactos, em grande medida, irreversíveis sobre o planeta. Como corrobora (Pádua; Saramago, 2023, p. 659), “Trata-se de um momento de entrada da história humana na dinâmica da Terra e da dinâmica da Terra na história humana”.

Diante dos impactos que a ação do homem sobre o sistema terrestre, muitos deles irreversíveis, que alcançam inclusive as bibliotecas e/ou unidades de informação (UIs). Faz-se necessário que os bibliotecários, enquanto profissionais engajados e responsáveis, atuem para além de meros facilitadores da organização e disseminação do conhecimento.

Para tanto, as transformações e os impactos socioambientais, e consequentemente as agendas de sustentabilidade, que são relevantes para a sociedade mundial e para o meio acadêmico, devem ser consideradas pelos pesquisadores das ciências humanas e de outras áreas do conhecimento. Essas questões podem também ressoar no âmbito das bibliotecas, tornando pertinente refletir sobre o papel e as responsabilidades dessas instituições, enquanto espaços de produção de conhecimento, que promovem o acesso à informação ambiental, contribuindo para a formação de uma consciência crítica acerca das problemáticas que caracterizam o contexto do Antropoceno.

Assim, no contexto brasileiro, trazemos as bibliotecas para o centro das discussões, tendo em vista o seu papel e responsabilidade social, em especial, as

---

<sup>1</sup> Segundo (Pádua; Saramago, 2023, p. 660), ainda não é oficialmente reconhecido como época geológica pela International Union of Geological Sciences. A Decisão tomada ocorreu em 2024, porém a nota da da International Commission on Stratigraphy (ICS, 2024), pondera que o antropoceno permanecerá sendo um descritor inestimável do impacto humano no sistema terrestre. Disponível em: <https://stratigraphy.org/news/152>. Acesso em: 22 abr. 2026.



bibliotecas dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, que por sua própria natureza e tipologia, são consideradas bibliotecas multiníveis que quanto à sua finalidade, atendem usuários de distintos níveis de ensino (Veiga, 2023). Ex.: estudantes do ensino médio integrado, cursos técnicos, graduação e pós-graduação. Dessa forma, elas emergem como espaços estratégicos que podem atuar na promoção da consciência socioambiental e na redução das desigualdades de acesso à informação, que são elementos cruciais para o enfrentamento da crise contemporânea.

As bibliotecas estão sendo percebidas na sociedade, como instrumentos-chave considerando as implementações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>2</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU), para serem cumpridos até 2030, com compromissos institucionalizados por organizações como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), podemos destacar as ODS 4 (Educação de Qualidade).

O ODS 4 pode ser classificado como o mais abordado, pois alinha-se com a missão educacional desenvolvida pelas bibliotecas, agregando sob demanda do momento as questões que envolvem a sustentabilidade. Porém, não podemos deixar de ressaltar os conhecidos desafios, do fazer bibliotecário, são eles: os operacionais, as limitações financeiras, entre outros. Estas privações infelizmente não são inéditas nas bibliotecas, que em sua história de constituição e manutenção, enfrentam obstáculos semelhantes na concretização de suas missões, incluindo a implementação de iniciativas como os ODS.

Todavia, esta pesquisa propõe uma análise aprofundada sobre como as bibliotecas dos Institutos Federais estão se posicionando e planejando sua atuação nos limites do Antropoceno. Investigaremos como o planejamento institucional, expresso nos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos regulamentos das bibliotecas, contempla a formação de uma consciência ambiental e social, a redução das desigualdades informacionais e a promoção da sustentabilidade. O objetivo é

---

<sup>2</sup> “Em 2015, quase 200 líderes mundiais se comprometeram com 17 objetivos e suas Metas Globais para alcançar três objetivos nos próximos 15 anos: 1) Erradicar a pobreza extrema; 2) Combater a desigualdade e a injustiça; 3) Conter as mudanças climáticas. Esses objetivos são conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).” Ver metas em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em 10 mar. 2026.



identificar as contribuições, os desafios e as oportunidades para as bibliotecas dos IFs, fornecendo uma visão crítica sobre sua relevância no enfrentamento da crise do Antropoceno.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa fundamenta-se em uma pesquisa documental com abordagem qualitativa. Cujas estruturas serão realizadas em uma etapa, com dois desdobramentos complementares de análise. Inicialmente, será realizado um levantamento por meio de buscadores eletrônicos, Ex.: Google e em sites institucionais, para identificar e quantificar os Institutos federais e suas respectivas unidades de informações. A partir do levantamento e organização quantitativa dos Institutos Federais (IFs), distribuídos pelas cinco regiões do Brasil, consideramos:

**Quadro 1 – Distribuição dos Institutos Federais por Região do Brasil**

Região	Quantidade de IFs	INSTITUTOS FEDERAIS
Norte	7	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).
Nordeste	11	Instituto Federal de Alagoas (IFAL); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN);



		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).
Centro-Oeste	5	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).
Sul	6	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).
Sudeste	9	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IF Sul de Minas); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM).

Fonte: As Autoras (2026) adaptado de Panorama Institutos Federais — Ministério da Educação (2025).

A princípio identificamos as 38 unidades do IF<sup>3</sup>, localizadas em todas regiões do Brasil. Ressalta-se que este estudo considera apenas os IFs, como parte do sistema federal de ensino, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

<sup>3</sup> A partir do link abaixo em cada Unidade Federada é possível acessar o endereço, nome do Reitor(a) e outras informações de cada uma dessas unidades da Rede Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/ept/rede-federal/institutos-federais-de-educacao-ciencia-e-tecnologia>. Acesso em: 11 mar. 2026.



Dessa forma, foram excluídas da análise as seguintes instituições: a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II.

## 2.1 A ANÁLISE DOCUMENTAL

A próxima etapa da pesquisa compreendeu realizar a análise qualitativa dos documentos acessados e coletados. Para análise do conteúdo dos PDIs e Regulamentos, foi aplicada a técnica de análise documental proposta por Bardin (2016, p. 48) que é um conjunto de técnicas que analisa as mensagens dos documentos para gerar conhecimento a partir de seu conteúdo. A análise será guiada pelas seguintes categorias temáticas, da ODS:

**Quadro 2 – Categorias Temáticas**

CATEGORIA TEMÁTICA	DEFINIÇÕES
<b>Menções ao Antropoceno, sustentabilidade e ODS</b>	Identificação de termos, conceitos e diretrizes relacionadas à crise socioambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
<b>Institucionalização da Sustentabilidade</b>	Menções explícitas ao Antropoceno, aos ODS e às diretrizes de sustentabilidade ambiental e social
<b>Serviços e Ações Culturais</b>	Planejamento de atividades culturais e educativas voltadas para a conscientização socioambiental
<b>Gestão e Desenvolvimento de Coleções</b>	Diretrizes para a formação de acervos ambientais e práticas de preservação sustentáveis (como a substituição de pesticidas por processos anóxicos)
<b>Acesso à Informação e Inclusão Social</b>	Políticas voltadas para a redução das desigualdades informacionais e o atendimento a populações vulneráveis (mulheres, pessoas LGBTQ+, povos indígenas, pessoas com deficiência, refugiados e imigrantes)

Fonte: As Autoras (2026).

A análise documental, consistiu em acessarmos e coletarmos via portais institucional, os (PDIs) e os Regulamentos dos SIBIs, no entanto, ressaltamos que foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa, Manus como apoio na busca, localização de documentos nos sites institucionais e na organização dos dados. Porém, todos os trechos extraídos foram verificados pelas autoras nos documentos originais, e a análise interpretativa é de exclusiva responsabilidade das pesquisadoras.



A escolha dos PDIs e regimentos, justifica-se por serem considerados fontes primárias que compõem as gestões institucionais, criadas pelas próprias instituições, para delinear as diretrizes e objetivos de longo prazo das instituições. Após leitura fluante dos documentos, buscamos identificar e categorizá-los, com intuito de buscar possíveis convergências e lacunas entre o planejamento estratégico institucional e as normativas operacionais das bibliotecas. Para a operacionalização da análise, foi estruturada uma matriz de dados em planilha eletrônica, contemplando os 38 Institutos Federais e as cinco categorias temáticas estabelecidas.

Para tanto, o instrumento de coleta foi organizado em colunas específicas para o registro dos trechos integrais extraídos de ambos documentos. Essa organização em planilha do google drive, facilitou a identificação de padrões, lacunas e evidências textuais sobre as menções das categorias pré determinadas. Ao passo que, a escolha desta abordagem possibilitou uma visão sistêmica sobre como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, planeja suas atuações frente aos desafios socioambientais e informacionais da contemporaneidade.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise documental dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs) e dos Regulamentos dos Sistemas de Bibliotecas (SIBIs) dos 38 Institutos Federais (IFs) acessados entre fevereiro e março de 2026, reflete uma situação complexa do ponto de vista da inserção das bibliotecas nas agendas socioambientais contemporâneas, bem como, da implementação de serviços e produtos voltados para este fim. Considerando que, no mundo contemporâneo e especialmente nas instituições de ensino, há a necessidade crescente de incorporar a sustentabilidade em nosso meio.

Dessa maneira, pode-se considerar que os PDIs atuam como indutores de políticas de âmbito geral institucional, enquanto os regulamentos das bibliotecas focam meritoriamente na gestão técnica e procedimentos, evidenciando uma desconexão entre os objetivos gerais das instituições e as ações setoriais das bibliotecas.

As bibliotecas dos IFs, considerando sua natureza, tipologia e finalidade, esbarram em dificuldades triviais e inerentes à grande parte das unidades de informações, pelo país, que são principalmente as limitações financeiras e o baixo



reconhecimento da importância social destes espaços, bem como do profissional bibliotecário que é o agente que busca diariamente romper com estigmas de que estes espaços de informação são restritos à guarda de acervos e atendimento de balcão, mas atuam como espaços sociais de mediação cultural e inclusão digital, entre outros.

Contudo, a institucionalização da sustentabilidade, quando presente, manifesta-se quase sempre através de projeto de com uma logística sustentável e/ou em comissões temáticas, com reflexos e ações pontuais na gestão de coleções e na promoção de espaços de consciência crítica. A seguir, os resultados são detalhados conforme as categorias analíticas propostas.

### 3.1 O ANTROPOCENO NO PLANEJAMENTO DOS IFS

O termo e conceito “antropoceno” não aparece de forma explícita em nenhum dos PDIs e regimentos analisados, entretanto, a partir da análise documental, percebe-se que eles podem vir expresso por termos correlatos como "responsabilidade socioambiental"<sup>4</sup>, "desenvolvimento sustentável" e "crise climática", isto é transversal. Entretanto, o entendimento do que compreendemos como antropoceno, como ação humana como força geológica e transformadora, pode ser encontrado implícito nas diretrizes estratégicas de PDIs como os do IFMA e IF Baiano, que propõem repensar o modelo de desenvolvimento a favor de relações solidárias entre o ser humano e a natureza.

Já nos regulamentos das bibliotecas, essa consciência pode ser percebida também, na missão de formar cidadãos críticos capazes de analisar e transformar a realidade. No qual, instituições como o IFB e o IF Sertão-PE estão alinhados, quanto aos seus planejamentos à Agenda 2030 da ONU. Sinalizando que as bibliotecas devem atuar como centros de disseminação de informações ambientais. Portanto, considera-se que ações que partem do que está inerente ao antropoceno, não emergem como centro das ações, que podem nortear a existência e o funcionamento físico das bibliotecas destes IFs.

### 3.2 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E PRESERVAÇÃO

---

<sup>4</sup> Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA, 2026), a responsabilidade socioambiental pode ser entendida como [...] promovendo a justiça social. Sachs (2002, p.96) complementa essa noção ao situar a sustentabilidade como articulação simultânea entre as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento.



No que diz respeito às práticas sustentáveis e de preservação nos IFs e em suas bibliotecas, considera-se que ela acontece de maneira heterogênea. Enquanto os PDIs estabelecem metas de eficiência energética, redução de resíduos e consumo consciente (como no IFAL e IFC), os regulamentos dos SIBIs, em sua maioria, omitem diretrizes operacionais de sustentabilidade, registrando-as, quando muito, em projetos pontuais. Como nos relacionados à sustentabilidade financeira ou da preservação física do acervo bibliográfico, deixando de lado aspectos relacionados ao carbono emitido pelos serviços digitais ou o descarte ecológico de materiais.

Todavia, há exceções que são registradas em regulamentos que mencionam a conservação e restauração como formas de prolongar a vida útil dos recursos (ex: IFCE), ou que vinculam a aquisição de acervos a critérios de sustentabilidade ambiental (ex: IFPI). Porém, a preservação da memória institucional, considerada nos SIBIs, é um ponto de convergência importante, pois garante a continuidade do conhecimento científico e tecnológico produzido nesses espaços, elemento essencial para a comunidade acadêmica e externa, diante das mudanças globais.

### 3.3 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E INCLUSÃO

Esta categoria ocorre de forma explícita e consolidada nos documentos. As bibliotecas dos IFs reafirmam seu compromisso com a democratização do conhecimento, oferecendo livre acesso às estantes e serviços para a comunidade externa (ex: IFAM, IF Goiano). Neste sentido, a inclusão compreende a ótica da acessibilidade física e informacional, com regulamentos prevendo acervos adaptados em Braille, tecnologias assistivas, atendimento prioritário e adequação estrutural do espaço físico para pessoas com deficiência (PCDs).

Outro ponto a ser considerado é a consolidação dos Repositórios Institucionais e das Bibliotecas Virtuais (Pearson, Minha Biblioteca), acompanham as necessidades informacionais dos usuários, contribuindo para minimizar as desigualdades de acesso. Além disso, a função social das bibliotecas é reforçada por ações de difusão cultural, como saraus, semanas do livro, de arte cultura (ex: IFES, IFSULDEMINAS), que buscam integrar por meio de atividade de extensão: o ensino, a ciência, a arte e a cultura local, combatendo a vulnerabilidade informacional característica do Antropoceno.



### 3.4 TENSÕES ENTRE DISCURSO E PRÁTICA

A análise revela tensões significativas entre o discurso estratégico e a realidade normativa. Muitos PDIs apresentam compromisso com os ODS, no entanto, os regulamentos das bibliotecas, seguindo a essência do que deve ser um regulamento, orientam sobre suas normas de empréstimo e penalidades, proporcionando um documento engessado, com pouca abertura para a gestão participativa ou para a inovação socioambiental. Em contraponto, os escassos recursos financeiros disponibilizados para os SIBIs, continuam sendo desafio para as unidades de informações, que comprometem a implementação de projetos sustentáveis de longo prazo.

Assim, o desafio das bibliotecas dos IFs consiste em transformar o planejamento em práticas que não apenas contenham, danos do Antropoceno, mas que ativamente e diariamente, promovam uma nova ética de cuidado com o indivíduo, com a informação e com o planeta.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental dos 38 IFs evidencia uma possível transição na identidade socioambiental da Rede Federal, embora o conceito de Antropoceno ainda não tenha sido implementado como paradigma central. Nota-se que os PDIs apresentam um alinhamento estratégico com a Agenda 2030, os regulamentos dos SIBIs ou bibliotecas, permanecem atrelados a uma visão mais técnica e de orientação. Tal incongruência, entre ambos, demonstra que a sustentabilidade, embora institucionalizada no plano de gestão superior institucional, ainda não transpõe as barreiras das normativas setoriais, reduzindo a responsabilidade institucional, quanto às questões socioambientais à eficiência orçamentária e negligenciando a urgência de uma prática da Biblioteconomia sustentável.

No que tange à democratização do conhecimento, as bibliotecas dos IFs reafirmam sua potência como agentes de justiça informacional por meio da expansão de Repositórios Institucionais e tecnologias assistivas. Sua função social e o apoio ao ensino multinível demonstram que a biblioteca deve atuar como polo de resistência contra a vulnerabilidade informacional no Antropoceno. Contudo, as tensões entre o



discurso de sustentabilidade e a escassez de financiamento evidenciam que a implementação dos ODS, exige um planejamento contínuo, que integre as questões ecológicas nos serviços e produtos implementados pelos SIBIs, nos serviços digitais e a gestão participativa como fundamento institucional.

Esta pesquisa apresenta como limitações a restrição à análise de documentos formais, que podem não refletir as práticas rotineiras das bibliotecas, e a ausência de instrumentos de coleta primária junto aos profissionais bibliotecários. Pesquisas futuras poderão complementar estes achados por meio de entrevistas ou investigações com gestores dos SIBIs, bem como, por estudos comparativos com bibliotecas de universidades federais.

Conclui-se que as bibliotecas dos IFs possuem papel estratégico no enfrentamento dos impactos do Antropoceno no Brasil. Para que isto ocorra de forma eficaz, os novos planejamentos dos IFs e, conseqüentemente, dos SIBIs devem transpor a dicotomia entre o tecnicismo gerencial e o socioambiental, incorporando critérios de sustentabilidade no âmbito institucional e em todas as etapas da gestão de coleções.

Esta pesquisa contribui para a Ciência da Informação ao apontar que o fortalecimento das bibliotecas como centros de inteligência socioambiental é condição *sine qua non* para uma educação profissional e tecnológica que seja de fato emancipatória e comprometida com a sobrevivência do planeta.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 17 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Panorama Institutos Federais**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/infograficos/instituto-federal>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). **Responsabilidade Socioambiental**. Brasília, DF: MMA, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/m>



ma/pt-br/assuntos/educacao-ambiental/responsabilidade-socioambiental. Acesso em: 21 jun. 2026.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Agenda 2030: o que as bibliotecas têm a ver com isso?** São Paulo: FEBAB, 2021. Disponível em: <https://febab.org/2021/03/11/agenda-2030-bibliotecas/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GT AGENDA 2030. ODS. [S. l.]: **GT Agenda 2030**, 2016. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/ods/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

INTERNATIONAL COMMISSION ON STRATIGRAPHY (ICS). **Joint statement by the IUGS and ICS on the vote by the ICS Subcommittee on Quaternary Stratigraphy**. [S. l.]: ICS, 2024. Disponível em: <https://stratigraphy.org/news/152>. Acesso em: 22 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PÁDUA, José Augusto; SARAMAGO, Vitória. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 54, p. 596-611, 2023. DOI: 10.1590/2237-101X02405401. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/HZsSJVh6CbQTLzRKNNTWbP/?lang=pt>. Acesso em 24 fev. 2026.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização de Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

VEIGA, M. S. **Educação e Bibliotecas Multiníveis: o desafio educacional dos bibliotecários dos Institutos Federais de Educação Profissional no Brasil**. Orientadora: Jussara Santos Pimenta. 2023, 217 f. Tese de Doutorado (Mestrado e Doutorado Profissional) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2023. Disponível em: <http://repositorio.ifro.edu.br/handle/123456789/1732>. Acesso em: 10 mar. 2026.

